

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Danúbia Caroline Barbosa Pereira

Victor Madeira de Souza

**O conflito Rússia-Ucrânia e os impactos na segurança energética e humana na
Alemanha**

São Paulo

2023

**O conflito Rússia-Ucrânia e os impactos na segurança energética e humana na
Alemanha**

Danúbia Caroline Barbosa Pereira

Victor Madeira de Souza

Artigo apresentado para como Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial à conclusão do curso de graduação de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi.

Profa. Orientadora: Dra. Tatiana de Souza Leite Garcia

**São Paulo
2023**

RESUMO

A partir das abordagens teóricas de Interdependência Complexa e de Segurança Energética e Humana a proposta deste artigo é correlacionar os impactos do conflito Rússia-Ucrânia sobre a Alemanha e os desafios vivenciados pela população alemã perante o aceleramento da crise energética. Com isso, também buscamos entender a busca do governo alemão por novas fontes de energia renováveis, a fim de responder às diligências da população. Por fim, procuramos analisar como e quanto tais impactos afetaram os hábitos e a perspectiva de vida da população alemã. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica com análise baseada em livros, teses e artigos, análise documental com base no Eurobarómetro de 2022 e no Kantar Global Monitor (Alemanha) 2022 e aplicação de entrevistas com o cidadão alemães e um brasileiro que mora na Alemanha, concedidas no dia 03 de junho de 2023, pelo meio digital.

Palavras-chave: Conflito Rússia - Ucrânia; Alemanha; Segurança Energética; Segurança Humana.

ABSTRACT

Based on the theoretical approaches regarding Complex Interdependence and Energy and Human Security, the purpose of this article is to correlate the impacts of the Russia-Ukraine conflict, the challenges experienced by the German population in the face of the accelerating energy crisis and, with that, the German government's pursuit of for new sources of renewable energy, in order to respond to the population's demands. We also seek to analyze how and how much those impacts affected the habits and life perspective of the German population. The applied methodologies were bibliographic research along with analysis based on books, theses, articles and documents analysis based on the 2022 Eurobarometer and also the Kantar Global Monitor (Germany) 2022, aside from the application of interviews with german citizens and one brazilian who lives in Germany, granted on June 03 of 2023, by digital means.

Keywords: Russia - Ukraine Conflict; Germany; Human Security; Energy Security.

Introdução

Este ensaio foi desenvolvido com intuito correlacionar os impactos do conflito Rússia-Ucrânia e os desafios vivenciados pela população alemã perante o aceleramento da crise energética e, com isso, à busca do governo alemão por novas fontes de energia renováveis, a fim de responder às diligências da população. Também buscamos analisar como e quanto tais impactos afetaram nos hábitos e na perspectiva de vida da população alemã.

Para responder as perguntas norteadoras desta análise, sendo elas: (i) “Como o conflito acelerou as ações destinadas à Segurança Energética na Alemanha na busca de outras fontes e outros fornecedores de gás natural?”; (ii) “Em que medida o conflito Rússia-Ucrânia propiciou

uma insegurança energética na Alemanha?"; E, por fim, (iii) "Como a crise energética provocada pelo conflito Rússia-Ucrânia afetou o estilo de vida dos cidadãos alemães?". As metodologias empregadas foram: revisão bibliográfica com base nas perspectivas da Interdependência Complexa de Joseph Nye (2012) e Segurança Internacional e Humana de Buzan e Hansen (2012); tese de doutorado de Oliveira (2012), artigos que corroboram com a análise como Villa (2006), Vanda (2015) e Costa (2015); análise do Eurobarômetro e do Kantar Global Monitor (Alemanha) 2022, que serão as ferramentas de grande importância a fim de entender o impacto nas comunidades europeia e alemã. E para respaldar as inferências obtidas com esta análise, foram aplicadas entrevistas informais com nacionais alemães e um brasileiro, que reside na Alemanha há 10 anos. Os entrevistados foram enumerados de E1 a E4 de acordo com a ordem cronológica das entrevistas.

1. Referencial teórico

1.1 Enquadramento teórico dos estudos da Segurança Internacional e Humana

Após a Primeira Guerra Mundial, surgiram os primeiros estudos das Relações Internacionais (RI) com a finalidade de compreender as relações conflituosas entre os atores internacionais, com ênfase para o papel desempenhado pelos Estados soberanos, sendo a busca pela segurança o cerne de suas relações. Dessa forma, o estudo da guerra, assim como suas causas e desdobramentos, desempenham papel fundamental dentro das teorias das Relações Internacionais.

Os estudos de Segurança Internacional envolvem diversos temas, como soberania, Estados e política. No entanto, sua ênfase está nas questões militares. Atinente a isso, Buzan e Hansen dividem em seu livro "A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional" (2012) esses estudos em quatro pontos focais de debate, sendo eles: "privilegiar o Estado como o objeto de referência; incluir tanto as ameaças internas quanto as externas; expandir a segurança para além do setor militar e do uso da força; ver a segurança como inextricavelmente ligada a uma dinâmica de ameaças, perigos e urgências" (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 37-39).

Villa (1999) ressalta que, de modo geral, pode-se dizer que o conceito de segurança tem uma referência defensiva, devido à sua essência instrumental, referindo-se a todos os mecanismos que o Estado possui, sendo eles destinados desde a defesa da integridade territorial e sua autonomia externa, até a conservação de suas estruturas jurídicas e políticas, bem como a defesa dos elementos originais do Estado portanto, povo, território e poder organizado e soberano (VILLA; REIS, 2006, p.20 apud VILLA, 1999, p.129). De fato, até o início da década

de 1970 os debates teóricos relacionados à segurança eram com um viés realista baseado nos conceitos de poder, território e um sistema internacional anárquico.

Buzan evidencia que os Estudos da Segurança Internacional (ESI) surgiram, efetivamente, logo após a Segunda Guerra Mundial em debates que tinham como principal objetivo de cada país assegurar a proteção de seu Estado. "Segurança tornou-se a palavra de ordem tanto para distinguir os ESI do pensamento anterior e das disciplinas de Estudos da Guerra e História Militar, quanto, à medida que evoluíam, para servir como um conceito de ligação unindo um conjunto cada vez mais variado de programas de pesquisa" (BUZAN; HANSEN 2012 p. 33). Deste modo, pode-se entender que o objetivo dos estudos de segurança é abordar os Estados e os indivíduos como objetos de referência.

A Segurança Energética pode ser compreendida como o estado "perfeito" em que um país ou região detém certo nível de disponibilidade de energia suficiente para que as taxas de crescimento econômico e de desenvolvimento sejam mantidas de forma razoável, e se possível, melhorando progressivamente as condições de vida de sua população. Além disso, a Segurança Energética prevê a garantia da integridade e segurança da infraestrutura de energia, ou seja, a geração, distribuição e consumo de energia, incluindo a disponibilidade de recursos energéticos (combustíveis e eletricidade) necessários para a logística militar e para a defesa nacional (OLIVEIRA, 2012, p.82). Em outras palavras, a Segurança Energética e a Segurança Nacional estão intrinsecamente ligadas, visto que a falta de abastecimento energético pode causar problemas que afetam não apenas a população, como também implicam em perdas para diversos setores da economia que são de fato, responsáveis por manter o crescimento econômico e industrial.

1.2 Segurança Humana

De modo geral, o campo de estudos de Segurança Internacional sofreu consideráveis mudanças no período pós-Guerra Fria, principalmente se considerar o alargamento da agenda de securitização, como por exemplo, a inclusão da Segurança Humana. Em 1994 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) incluiu no programa a Segurança Humana através do Relatório de Desenvolvimento Humano, dizendo que "precisamos de uma outra profunda transição no pensar - da segurança nuclear para a segurança humana" (PNUD, 1994, p.22). De acordo com o documento, a segurança deveria ser pensada para além da defesa territorial, interesses nacionais e da dissuasão nuclear, e assim, incluir também "interesses universais" (Ibidem, p. 22).

O objetivo é trazer a pessoa para o centro da análise no lugar dos Estados-Nação, deste modo busca-se uma visão "pessoacêntrica", ou seja, o objetivo deve ser "preocupar-se com forma com que as pessoas vivem e respiram em sociedade, quão livremente elas exercem suas várias escolhas, quanto acesso elas têm às oportunidades sociais e de mercado, e se elas vivem em conflito ou em paz" (Ibidem, p. 23). Essa expansão da securitização faz com que outros aspectos sejam incluídos no arcabouço da segurança, como segurança alimentar, saúde, meio ambiente, crescimento populacional, disparidades de oportunidades econômicas, migração, tráfico de drogas e terrorismo.

A Segurança Humana está diretamente atrelada ao bem-estar da população, justiça e dignidade humana, estando também interligada aos Direitos Humanos e ao desenvolvimento servindo como uma garantia de proteção aos indivíduos. A segurança humana pode ser entendida como uma proposta moral ao realismo, pois avança da proteção unicamente do território para o nível da proteção dos indivíduos (ALENCAR, 2015, apud TADJBAKSHSH; CHENOY, 1995).

1.3 Interdependência complexa

A interdependência complexa surgiu em 1977 e foi apresentada por Joseph Nye e Robert O' Keohane no livro *Power and Interdependence*. Para eles tudo está interligado, tanto o conflito quanto a cooperação que também pode ser usada como um instrumento de poder. Nye e Keohane estabelecem a interdependência complexa em três etapas: (i) múltiplos canais, que são os laços formados entre elites governamentais, bem como acordos formais de relações exteriores, além de laços informais entre elites não-governamentais e, por fim, organizações transnacionais (como bancos ou corporações multinacionais); (ii) a falta de hierarquia na agenda de relações exteriores, agora existem outros assuntos que também permeiam as negociações como "as adversidades com a energia, meio ambiente e população se equiparam às questões de segurança militar e rivalidade territorial" (NYE; KEOHANE, 2012, apud KISSINGER, 1975); e (iii) o papel minoritário da força militar; embora esse poder tenha sido usado tradicionalmente na política internacional, o uso da força tem caído devido ao aumento da margem de segurança entre os países mais industrializados. "Existe uma intensa relação de influência mútua entre esses países, contudo, o uso da força é irrelevante ou sem importância como instrumento de política" (NYE; KEOHANE, 2012 p. 23).

Os conceitos apresentados por Keohane e Nye são muito importantes para o entendimento da geopolítica energética global, pois, ao passo que dois países estabelecem nos laços econômicos (de formas variadas), há a tendência de que seus agentes empresariais

desenvolvam relações de mútua dependência, o que também é chamada de interdependência.

Contudo, visto que essa relação está inserida em uma estrutura capitalista desigual que é continuamente afetada por relações de poder entre os Estados, é natural que apareçam assimetrias. Dito isso, entende-se que essa interdependência não é equilibrada e suas assimetrias são efetivamente fontes de poder, que podem ser mensuradas por meio da sensibilidade e vulnerabilidade de cada agente (NYE, 2011, apud HENDLER, 2015).

A sensibilidade tem um caráter quantitativo, é definida como a quantidade e o ritmo dos efeitos da dependência mútua, isto é, quão rápido as mudanças determinadas por um agente podem impactar o outro. Por outro lado, a vulnerabilidade é qualitativa e implica na assimetria entre tais agentes. Nye a define como a capacidade de minimizar os custos relativos à dependência mútua, ou seja, a habilidade de determinado agente em minimizar os custos impostos por mudanças em outra parte do sistema (NYE, 2011, apud HENDLER, 2015).

Neste sentido, "as securitizações que ocorriam entre os polos Ocidental e Oriental da Europa eram definidas por uma linguagem essencialmente político-militar" (HENDLER, 2015, p.15). A corrida armamentista, ameaças nucleares e a crise do petróleo na década de 1970 fizeram com que o tema segurança ganhasse maior notoriedade e se expandisse principalmente em relação aos Complexos Regionais de Segurança (CRS).

Buzan e Waever (2003) dividem o mundo em Complexos Regionais de Segurança (CRS 's). Um CRS é identificado quando os processos de securitização e desecuritização de um grupo específico de agentes estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser interpretados ou resolvidos de forma separada (HENDLER, 2015, p. 15, apud BUZAN; WAEVER, 2003).

Após a Guerra Fria o avanço do capitalismo sobre o antigo bloco socialista foi inevitável devido ao aumento das transações econômicas, o surgimento de outras ameaças como "conflitos éticos, fluxos migratórios, fuga de cérebros, periferização econômica e deterioração ambiental do leste europeu, crime organizado e cooperação energética engrossaram a agenda de segurança da região." Neste contexto, a Europa Ocidental e o mundo Pós-Soviético que anteriormente já estavam interligados pelas questões político-militares, passam a ser ainda mais conectados devido às questões econômicas, sociais e ambientais (HENDLER, 2015). Não obstante, os gasodutos já transpassam a grande "cortina de ferro" da antiga URSS e até a Europa Ocidental desde a década de 1970, cujo volume de energia aumentou consideravelmente nos anos 1990 (será detalhado na terceira sessão).

2. Contextualização histórica

2.1 A Rússia e a (des)ordem regional na Europa entre os séculos XIX e XX

A Rússia é o maior país do mundo em dimensão territorial, com cerca de 17 milhões de km², tendo os Montes Urais como sua fronteira natural que a divide entre Ásia e Europa, e faz fronteira política com 11 países, os quais são: Bielo-Rússia, China, Estônia, Finlândia, Geórgia, Cazaquistão, Coreia do Norte, Letônia, Lituânia, Mongólia e Ucrânia. A sua população é de aproximadamente 145 milhões de habitantes (IMUNA, 2023) composta por aproximadamente 193 grupos étnicos sendo os principais os tártaros (3,72%), ucranianos (1,35%), bashkires (1,11%) e tchetchenos (1%) (RUSSIAN & BEYOND, 2013).

Historicamente, a relação entre Rússia e Ucrânia se dá desde a fundação da antiga *Rus de Kieve* que foi uma aliança formada entre os séculos IX e XIII que integrava diversas tribos eslavas do leste europeu. Essa confederação possui um papel extremamente importante na formação das repúblicas da Bielorrússia, Rússia e Ucrânia que veem na Rus de Kiev o seu "mito fundador" (FREITAS; PAZ; DIAS, 2022). Segundo Costa (2015) a formação do território russo está entrelaçada à constituição da Rússia como Estado-Nação, na qual a configuração do Estado e sua expansão se confundem com a movimentação dos limites fronteiriços.

Liderada por Ivan III, a Rússia Imperial teve a metade do século XV como um ponto de partida para sua expansão com o domínio do Império Mongol e a anexação da região hoje conhecida como Moscou, a atual capital russa. Nos séculos seguintes o país fez várias movimentações estratégicas visando expandir o seu território, especialmente durante o reinado de Pedro, o Grande, (1682-1725) e Catarina, a Grande, (1761-1796) dois dos mais importantes Czares do Império Russo (termo que faz alusão ao César do Império Romano). Essa forma de atuação foi notória ao longo da história e demonstra que o *imperativo territorial* é um fator que moldou a história russa, e é esse fator que o renomado geopolítico russo Alexander Dugin, destaca em sua análise sobre a formação histórica:

A partir do século XV os russos emergem no panorama da história mundial como uma “civilização da Terra” e todas as linhas de força geopolítica fundamentais da sua política externa passam desde esta altura a estar sujeitas a um único objetivo: a integração do Heartland, o fortalecimento da sua influência na zona do Nordeste da Eurásia, a afirmação da sua identidade perante seu adversário mais agressivo...o mundo anglo-saxônico, a Civilização do Mar (COSTA, 2015 p.6 apud DUGIN, 2014).

Costa (2015) destaca que o século XV foi um "divisor de águas" para o Império Russo no que tange a visibilidade no cenário geopolítico. Esse período foi marcado por uma "europeização" da Rússia, iniciada com Ivan, o Terrível, e teve a sua continuidade com Pedro, o Grande, com a fundação da cidade de São Petersburgo no Golfo da Finlândia, tornando-a, em seguida, a capital do país e considerada como um ponto estratégico, para maior aproximação com a Europa, introduzindo o estilo da corte europeia na sociedade russa. Ele fez com que os homens deixassem de ter longas barbas e incentivou o uso de novas roupas com design europeu. Além disso, deixou o calendário bizantino, estreou na mídia com o primeiro jornal impresso em 1703 e trouxe ao Império batatas e girassóis, antes de Pedro não havia no Império Russo antes de Pedro esses alimentos.

O expansionismo de Pedro I foi marcado por grandes vitórias, a exemplo, a vitória sobre o Império Turco Otomano, as anexações da Suécia, Lituânia, Estônia e da Letônia no Mar Báltico. Posteriormente, Catarina II deu continuidade às estratégias expansionistas chegando até a Sibéria, o Ártico e para além dos Montes Urais e da marcante conquista da Criméia, que foi uma vitória importante em um território estratégico, devido ao acesso ao Mar Negro e às terras extraordinariamente férteis, que são ideais para a produção agrícola, com cerca de 40 milhões de hectares de solos cultiváveis (COSTA, 2015 p. 9, apud GEORGE, 1970).

Em 1894 Nicolau Romanov assumiu o Império Russo após a morte de seu pai aos 49 anos, dando continuidade à dinastia Romanov que governou o império por mais de 300 anos. Neste período o Império era um dos maiores que já existiu cobrindo cerca de um sexto da superfície do mundo e a sua riqueza era exorbitante. Nota-se que desde o início do seu reinado até o seu fim, o reinado de Nicolau II foi marcado por eventos históricos e trágicos (TROTSKY, 2017).

Na virada do século XX, diferentemente do ocidente, a principal forma de trabalho no Império Russo era a servidão. Neste período o Império era considerado um dos mais atrasados no que tange a industrialização e os nobres burocratas, donos dos meios de produção tentavam trazer os camponeses do campo as cidades. O Estado russo exercia o seu papel de um regime absolutista absorvendo grande parte das riquezas produzidas pelo povo, o que acarretava não apenas a manutenção da situação de miséria vivida pelos camponeses recém-chegados de forma abrupta às cidades quanto enfraquecia a base das classes possuidoras (TROTSKY, 2017).

A derrota do Império Russo na batalha contra o Japão foi o prefácio da queda da dinastia Romanov seguida de muitas greves e revoltas produzidas pelo proletariado. Entre 1904 e 1914 houve várias pequenas revoluções lideradas por grupos distintos como os mencheviques e os

bolcheviques. Outro grande evento foi a 1ª Guerra Mundial em 1914 que contou com a participação do Império Russo visando a manutenção das suas conquistas territoriais e apoio dos seus aliados a fim manter o seu prestígio na região (JEIFETS, 2015).

Em fevereiro de 1917 após inúmeras manifestações a família Romanov foi presa e um governo provisório foi instaurado na Rússia, esse era o fim da monarquia. Em 17 de julho de 1918 em Ekaterinburg toda a família de Nicolau II foi assassinada a tiros e golpes de baionetas pelos bolcheviques. Nicolau foi o primeiro a morrer com tiro na cabeça, enquanto tentava proteger sua esposa e o filho mais novo, seguido pela morte de sua esposa Alexandra e suas filhas mais velhas, Olga, Tatiana e Marie (MASSIE, 2014).

Segundo Costa (2015), a Revolução Russa em 1917 consolidou a República Socialista Soviética com a vitória dos Bolcheviques em 1922. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) integrava a Federação Russa e incorporava uma dezena de províncias que se tornaram repúblicas socialistas, consolidando um total de sessenta nacionalidades oficialmente conhecidas. Nesse contexto se deu o início da Primeira Guerra Mundial (1914), cujos embates armados se encerraram oficialmente em 1919 com a elaboração do Tratado de Versalhes e o reconhecimento público da derrota alemã.

Este Tratado foi um acordo imposto pelo lado vencedor da guerra (Tríplice Entente, composta, ao final, por EUA, Inglaterra, França e Itália) e assinado pelos países que participaram da Primeira Grande Guerra com o intuito de findá-la e, dentre outros objetivos, punir os seus responsáveis (HOBSBAWM, 1995).

Logo após a 1ª Guerra Mundial foi fundada a Liga das Nações em 1919, contudo a Rússia não participou, pois a Liga não contava com a participação das potências derrotadas na guerra e a Rússia bolchevique, tratada como um Estado pária pelas potências ocidentais, foi impedida de participar (GARCIA, 2000 apud KENNEDY, 1989).

2.2 Ucrânia: a peça-chave no tabuleiro regional

A Ucrânia está localizada ao sudoeste da Rússia, em uma área estratégica, com 603.500 km² de fronteiras (IMUNA, 2023) e uma população de 43.131 milhões de habitantes. Ao Sul está localizado a Criméia que é banhada pelo Mar Negro o que possibilita o acesso as águas quentes do mediterrâneo, que são águas que possibilitam a navegação durante todo ano via Istanbul. A Criméia havia sido incorporada por diversos impérios, dentre eles Bizantino, Otomano, além da Grã-Bretanha e a França, na Guerra da Crimeia de 1853 a 1855.

A história com o Império Russo se dá desde 1783 quando a então Czarina Catarina II anexou este território que fez parte da Rússia até 1954. Foi neste ano que Nikita Khrushchev

com intuito de conseguir apoio da região, em virtude das suas ambições de se tornar o sucessor de Stalin, anuiu a Crimeia para a República Socialista Ucraniana (RRS) como um símbolo "de amizade". Neste período, outros aspectos estavam sendo observados de perto, como a questão dos gasodutos e mais recentemente a especulação de uma presença significativa de hidrocarbonetos na plataforma do Mar Negro (WOOD *et al*, 2016 p.22).

No que tange a relação da Rússia com as ex-repúblicas socialistas soviéticas, a Ucrânia pode-se dizer que é o "calcanhar de Aquiles" dessa potência terrestre. Estabilizou-se como Estado após a 1ª Guerra Mundial e passou a fazer parte da URSS em 1922, logo após a concretização da vitória dos bolcheviques. Passaram-se algumas décadas até que o país conseguiu a sua independência em dezembro de 1991 (WOOD *et al*, 2016), adquirindo as dimensões que tem hoje.

Em seguida ingressou como membro da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), sob forte influência política, econômica e militar russa. A Comunidade de Estados Independentes (CEI) sucedeu por meio do acordo de Minsk - entre a Federação Russa, Bielorrússia e a Ucrânia em 1991 com o intuito de gerir o processo de desmembramento da União Soviética e à promoção da cooperação multilateral nas esferas políticas, econômicas e securitárias (SIMÃO, 2016).

2.3 O fracasso do terceiro Reich e a Eurásia no contexto bipolar

O Tratado de Versalhes, ao rebaixar, humilhar e minar as possibilidades de um renascimento da Alemanha como nação e trazendo condições terríveis para seu povo, fomentou os crescentes sentimentos de revanchismo e ultranacionalismo em sua população que abririam espaço e culminariam na ascensão do nazismo cerca de uma década depois. As determinações trazidas pelo Tratado de Versalhes foram debatidas entre todos os países participantes e aliados da Tríplice Entente, composta por Inglaterra, França, Rússia (que deixou a guerra devido à Revolução Russa) e, posteriormente, EUA e Itália, após seu triunfo perante a Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália).

Contudo, os principais países a debaterem os termos do que seriam impostos aos alemães foram França e Inglaterra, que estabeleceram a obrigatoriedade de reconhecimento do país germânico como o único responsável pelo início da guerra, além de consequências, como o pagamento de "indenizações" exorbitantes aos outros países, a perda de territórios frutos da colonização, que representavam cerca de 13% de sua área total (em sua maior parte, passados para França ou Inglaterra), e a proibição do crescimento militar e bélico do país que já não poderia promover o recrutamento militar e tampouco possuir forças aéreas ou navais

(TRATADO DE VERSALHES, 1919).

O cenário político internacional, à época, passava por uma grande transição: a “liderança” internacional exercida pela Inglaterra passou para a mão dos EUA, já que a primeira se encontrava enfraquecida e o segundo via seu mercado cada vez mais aquecido com uma crescente na sua área de influência, posteriormente tornando-se potência hegemônica em escala global, consolidando assim a *Pax Americana*. Durante esse período pós Primeira Grande Guerra, os EUA, inclusive, ajudaram a financiar a reestruturação e reconstrução dos países europeus mais afetados - como a própria Alemanha, o que fez com que o país passasse do papel de coadjuvante para principal credor mundial.

Contudo, em 1929, houve a grande crise do capitalismo, chamada de A Grande Depressão, causada pelo acúmulo de diversos fatores presentes na política monetária expansionista norte-americana, como o crescimento da especulação nos âmbitos imobiliário, do mercado de ações e pecuniário, a liberdade exagerada da economia, com grandes lacunas de regulamentação por parte do governo americano, a superprodução desenfreada de manufaturas negligenciando a possibilidade ou não, de consumo pelo mercado, a facilidade e a grande quantidade de crédito disponibilizado para pessoas físicas, ocasionando a falência de empresas e bancos. Esse colapso ficou marcado pela quebra da bolsa de valores norte-americana, com insolvências de inúmeros empresários e perda de prestígio do "*American Way of Life*" (HOBSBAWM, 1995).

Concomitantemente, ainda em 1919, veio o fim da era imperial alemã e a proclamação do primeiro governo democrático no país - a República de Weimar, que durou até o ano de 1933. Com caráter parlamentarista e com a busca pela recuperação alemã, tanto anímica quanto economicamente, o novo sistema político passou por grandes instabilidades em seus primeiros anos, com várias tentativas de golpes políticos, potencializadas também pelas graves deficiências socioeconômicas apresentadas no período pós guerra, até conseguir um pouco mais de estabilidade à partir de 1923 com a ajuda de investimentos americanos para a reestruturação do país (HOBSBAWM, 1995).

Nesse contexto de revolta, humilhação, revanchismo e instabilidade política, o jovem Adolf Hitler - que havia, há pouco, lutado na guerra pelo lado dos alemães - ingressava no Partido dos Trabalhadores Alemães, de cunho de extrema direita, e iniciava seus discursos ultranacionalistas e antisemitas, atribuindo ao povo judeu todo o sofrimento que o país passava naqueles últimos anos. O partido de Hitler, em 1921, alterou seu nome para Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães - o infame partido nazista. Hitler continuava a debater e espalhar seus ideais até que começa a planejar um golpe, cujo objetivo final seria marchar para

Berlim com seus aliados, onde tomariam o poder. Contudo, sua tentativa mal começou e foi frustrada pela polícia alemã, que o prendeu sob acusações de traição - gerando a Adolf uma pena de cinco anos de reclusão, dos quais cumpriu pouco mais de um ano (HOBSBAWM, 1995).

Em seu tempo na prisão, Hitler escreveu a maior parte de seu famoso livro “*Mein Kampf*” (“Minha Luta”), uma autobiografia na qual descrevia suas ideologias e pensamentos nazistas em relação a como deveria ser o governo alemão, a influência dos judeus na queda da Alemanha, como seria necessária a revogação do Tratado de Versalhes, o retorno dos lucros e das glórias alemãs e de que maneira poderia se alcançar esses ideais, dentre outras coisas. O livro do futuro ditador foi um sucesso devido à identificação do povo alemão com os sentimentos de impotência, revolta, vingança e frustração com a ineficácia e a falta de resultados concretos do novo governo parlamentarista (HOBSBAWM, 1995).

Ao sair da cadeia, Hitler concorda em continuar buscando seus objetivos políticos de maneira democrática, reformulando o partido nazista com base no que aprendeu ao estudar o regime fascista italiano. A Crise de 1929 nos EUA acaba refletindo de maneira estrondosa na Alemanha devido à recente dependência dos investimentos americanos que cessaram durante o colapso deste ano, prejudicando ainda mais os índices econômicos, de desemprego e agravando uma situação socioeconômica já em estado crítico. Adolf, então, se aproveita deste momento extremamente sensível para apelar ao emocional de um povo já fragilizado e conquistar cada vez mais adeptos de sua ideologia. Nas eleições de 1930 o Partido Nazista já possuía números bastante expressivos até que, através de acordos políticos e de sua já tradicional coalizão de direita, Hitler sobe ao cargo de chanceler, no início de 1933 (HOBSBAWM, 1995).

Em 1934, o presidente morre e Hitler toma o cargo de chefe do Estado Alemão, dando início a um governo extremamente totalitário, sangrento e que, junto às ondas de fascismo e nacionalismo que ocorriam em boa parte da Europa durante esse período, deu início, em 1939, à Segunda Guerra Mundial, visando a expansão do poder, do território e da grandeza alemã que teria sido retirada pelo Tratado de Versalhes (HOBSBAWM, 1995). Em suma, o estopim da Segunda Guerra Mundial se deu por meio da invasão da Polônia pela Alemanha, gerando dezenas de milhões de mortos durante todo o período de combate entre o Eixo (principalmente Alemanha, Itália e Japão) e a Aliança (principalmente Reino Unido, França, URSS e EUA) (HOBSBAWM, 1995).

Neste período, destacam-se as forças armadas soviéticas, que tiveram resistência heroica à invasão nazista em meados de 1944 e a sua entrada triunfal em Berlim em maio de

1945. O término da guerra, ainda que não tenha ocorrido de maneira formal, ocorreu após duas bombas atômicas norte-americanas serem lançadas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, com a ocupação total dos territórios do Eixo pelos Aliados (HOBSBAWM, 1995).

Ainda durante o período final do embate, em 1944, foi realizada a Conferência de Bretton Woods, que já se tornaria uma tentativa de criar um sistema monetário internacional que pudesse garantir a estabilidade financeira e o desenvolvimento econômico após a Segunda Guerra Mundial através de assistência e suporte econômicos para os países em reconstrução e países ainda em desenvolvimento.

Durante a conferência, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. No entanto, ainda que com um mesmo foco final de aumentar o desenvolvimento econômico global, o FMI e o Banco Mundial foram criados para atender a diferentes objetivos (STIGLITZ, 2002).

O FMI serviria para tentar estabilizar o sistema monetário internacional, facilitar o comércio internacional e promover o crescimento econômico global fornecendo empréstimos aos países em dificuldades financeiras, enquanto o Banco Mundial teria como objetivo a redução da pobreza e o aumento da prosperidade compartilhada em países em desenvolvimento através do financiamento de projetos de desenvolvimento econômico e social em países mais pobres (STIGLITZ, 2002).

Tanto o FMI quanto o Banco Mundial, no entanto, nunca foram vistos como uma salvação ou um ato de bondade, principalmente devido à sua abordagem condicional de ajuda, que muitas vezes impõe políticas econômicas liberais exploratórias em seus acordos de “ajuda” aos países em desenvolvimento, favorecendo assim os interesses dos países que “comandam” essas instituições, como, principalmente, os EUA. As políticas dessas instituições foram criadas com base em uma visão liberal de livre mercado, mas na prática, suas políticas muitas vezes levaram a crises econômicas e sociais em países em desenvolvimento (STIGLITZ, 2002).

Pouco depois, ainda visando garantir a estabilidade financeira do Ocidente capitalista e o desenvolvimento econômico após a Segunda Guerra Mundial, os EUA decidem implementar uma estratégia própria para isso: o Plano Marshall. O Plano Marshall foi um programa de ajuda econômica dos Estados Unidos para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo era ajudar a prevenir a disseminação do comunismo na Europa, fortalecendo a economia dos países europeus e trazendo-os cada vez mais para a ideia do capitalismo como única ideologia que poderia trazer essa reconstrução (HOGAN, 1987).

Foi considerado como uma das principais ferramentas utilizadas pelos EUA para consolidar sua hegemonia no mundo capitalista pós-guerra. As medidas tomadas, além disso,

também favoreceram os interesses dos EUA em pontos como a abertura dos mercados europeus e a adoção de políticas econômicas neoliberais. Desta forma, o Plano Marshall foi fundamental para a recuperação econômica da Europa e ajudou a estabelecer um período de crescimento econômico e estabilidade na região (HOGAN, 1987).

Além disso, o cenário internacional pós Segunda Guerra Mundial trouxe uma nova dinâmica para o Sistema Internacional.

A bipolarização que figurou como polos opostos os EUA e a URSS em uma disputa entre duas grandes potências visando aumentar suas forças, seu desenvolvimento científico e tecnológico, com eventos como a Corrida Espacial, a tensão vista na Crise dos Mísseis, a separação da Alemanha em Oriental e Ocidental e diversas disputas regionais que moldaram suas zonas de influência - capitalista e socialista.

O Tratado de Washington oficializou a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, com a participação de 12 membros que se comprometeram em compartilhar os riscos, as responsabilidades e benefícios de defesa coletiva, instituindo uma Aliança Militar que visava a assistência mútua a fim de combater os iminentes riscos que a União Soviética representava no contexto de Guerra Fria. O Tratado da OTAN está alinhado aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e por isso, determina que nenhum dos membros assumam algum compromisso internacional que porventura possa ir de encontro aos seus propósitos e princípios (OTAN, 2022).

Em 1955, logo após o ingresso da Alemanha Ocidental na OTAN, a Rússia, em resposta a essa ameaça, criou o Pacto de Varsóvia que era formado por Estados comunistas europeus. O Tratado leva esse nome por ter sido firmado na cidade de Varsóvia, na Polônia, e tinha como membros a Albânia, Alemanha Oriental (RDA - República Democrática da Alemanha), Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia e a União Soviética (DW, 2023). A criação dessa aliança se deu devido à busca por um equilíbrio de poder, uma vez que a União Soviética se sentiu ameaçada com o expansionismo da OTAN em direção ao oriente, e considerava esta Aliança como uma aliança militar que tinha como objetivo principal conter o avanço da URSS.

Com a chegada da década de 1970 iniciou-se o período de declínio da União Soviética devido a diversos fatores que se acumularam com o passar dos anos, como a estagnação econômica e o crescimento da corrupção dentro do Partido Comunista. Além disso, o enorme investimento soviético na Guerra do Afeganistão, em 1979, para tentar, em vão, proteger o comunismo implantado naquele país dos insurgentes rebeldes islâmicos e o acidente na usina nuclear de Chernobyl no ano de 1986 (que será detalhado posteriormente, no ponto da questão

energética) aprofundaram ainda mais a crise que se instaurava na URSS (BROWN, 2009). Então, em 1985, Mikhail Gorbachev assume o governo soviético e, vendo sua economia em crise e a consequente diminuição da confiança na liderança do Partido Comunista com o passar dos anos, decide por implementar duas medidas inéditas no país visando sua reestruturação, conhecida como *Perestroika*, e transparência, chamada de *Glasnost*.

A primeira medida é carregada de um caráter inédito de liberalismo, teria como objetivo a abertura econômica do país, com a diminuição da participação do Estado na economia, a redução do investimento soviético na indústria armamentícia e a flexibilização para um lado mais liberal em questões de comércio exterior para o país. Já a segunda buscava o enfrentamento da corrupção que assolava o país através da abertura política para uma maior participação da população nas decisões do governo, diminuindo assim, também, o autoritarismo ali vigente. Essas providências, no entanto, apenas desestabilizaram ainda mais o país, acelerando seu declínio, gerando problemas de abastecimento alimentício, crises internas e abrindo espaços para críticas ao sistema político soviético, que permitiram a emergência de novas lideranças políticas ali (BROWN, 2009).

Além disso, a democratização da Europa Oriental e a diminuição da percepção de ameaça do Ocidente também tiveram um papel importante na queda da União Soviética. As revoluções pacíficas que ocorreram em países como Polônia, Hungria e Tchecoslováquia demonstraram que a população não estava mais disposta a tolerar o autoritarismo do Partido Comunista (BROWN, 2009).

Paralelamente, a Alemanha passava por seu processo de reunificação, que marcou o término da Guerra Fria como o seu maior ato simbólico através da queda do Muro de Berlim, em 1989, o qual representava a divisão territorial e ideológica da capital entre os lados Oriental (controlado pela URSS) e Ocidental (controlado pelos EUA e suas áreas de influência). A queda do muro de Berlim foi um golpe à imagem e à ideologia soviética, a qual ainda seria impactada pela introdução de eleições contestadas em 1988 e a renúncia à violência na política externa como reformas bem-sucedidas.

Com isso, o vácuo ideológico, a reunificação da Alemanha e o nacionalismo que surgiram da deslegitimação do marxismo-leninismo, combinados com a abordagem de Gorbachev às reformas econômicas e sua personalidade como construtor de consenso, minaram seu poder e levaram ao colapso da União Soviética, que veio com um golpe após inúmeras manifestações separatistas de diversas repúblicas soviéticas. Gorbachev foi enviado à Crimeia, onde ficou isolado e as repúblicas soviéticas assinaram o fim de sua união em 1991.

Com o fim da URSS veio também a inevitável dissolução do Pacto de Varsóvia, em

1991. Os fatores cruciais para isso envolveram o crescimento dos movimentos democráticos na Europa Oriental, a pressão econômica e política dos países ocidentais em conjunto com a insatisfação popular com o regime comunista. Além disso, a dissolução do Pacto de Varsóvia também ajudou a acalmar os ânimos, diminuir as desavenças, pavimentando e trazendo uma maior estabilidade para o movimento de reunificação que ocorria na Alemanha nesse período pós queda do Muro de Berlim (BROWN, 2009).

3. A questão energética na Eurásia

3.1 Contexto Energético Eurasiano entre o final do século XX e início do XXI

Desde seu nascimento como país, a Alemanha baseia sua economia e seus métodos produtivos em combustíveis fósseis - como carvão e aço. A exploração do petróleo apenas começou a se tornar realmente relevante para o país a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando este seria visto como a fonte energética para o futuro, juntamente à energia nuclear, que estava começando a ser explorada com a função de geração de eletricidade (BRÜGGEMEIER, 2017).

No início dos anos 1970, a Alemanha viu sua produção cair e sua demanda energética subir de maneira assustadora devido aos embargos impostos ao petróleo proveniente do Oriente Médio - consequências da Crise do Petróleo de 1973 e decidiu apostar na exploração da energia nuclear como a principal fonte para o país, com plano de alcançar cerca de 50% da fonte de energia primária do país ao chegar no ano 2000 (BRÜGGEMEIER, 2017).

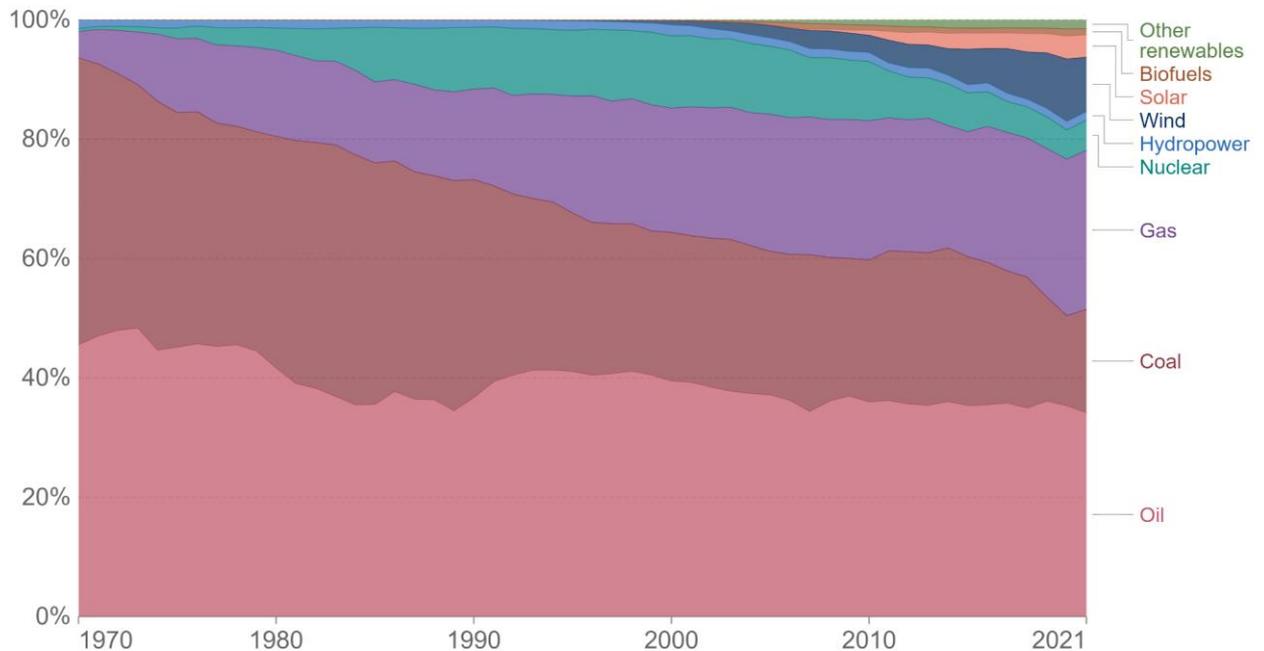
Como é possível ver na Figura 1 a seguir, o consumo de energia alemão era baseado majoritariamente em petróleo e carvão até a década de 1970, quando o país passa a buscar outras alternativas e, lenta e gradualmente, vai conseguindo substituir o uso dos primeiros pela energia nuclear (que acabaria posteriormente), gás natural, e o crescente o consumo de energias renováveis nos últimos anos, como a solar e a eólica mais recentemente.

Figura 1 - Consumo de Energia por fonte - Alemanha (1970-2021)

Energy consumption by source, Germany

Our World in Data

Primary energy consumption is measured in terawatt-hours (TWh). Here an inefficiency factor (the 'substitution' method) has been applied for fossil fuels, meaning the shares by each energy source give a better approximation of final energy consumption.



Source: BP Statistical Review of World Energy

Note: 'Other renewables' includes geothermal, biomass and waste energy.

OurWorldInData.org/energy • CC BY

Fonte: BP Statistical Review of World Energy, elaborado por Our World in Data. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/energy-consumption-by-source-and-country?time=1970..latest&country=~DEU>. Acesso em 13/05/2023.

O “boom” da energia atômica durante a década de 1970 ocorreu devido à alta no preço do petróleo e os embargos impostos aos países árabes durante a Crise do Petróleo, em 1973, e o medo de possíveis comprometimentos do abastecimento energético alemão. Apesar de nunca terem sido uma unanimidade e de terem enfrentado alguma resistência, o país avançava com os planos de crescimento da exploração nuclear, até que, em 1986, ocorre o acidente na usina atômica de Chernobyl (BRÜGGEMEIER, 2017).

Naquele ano, a planta nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, passou pelo que foi considerado o maior acidente atômico da história, ocorrido devido a uma combinação de erros por parte dos trabalhadores da usina aliada à instabilidade apresentada pelo reator, gerando algumas explosões, que acabaram por espalhar matéria radioativa pelo mundo, juntamente com o vento. O acidente vitimou dois trabalhadores do local no momento das explosões, mais 29 pessoas devido à exposição à radiação e 18 decorrentes de doenças causadas pela interação com a radiação. Além disso, como resultado, a área de Chernobyl se tornou inabitável devido

à contaminação e há divergências de estudos que estimam que, nos casos mais otimistas, o acidente causou direta ou indiretamente cerca de 4 mil mortes e, nos casos mais pessimistas, até cerca de 90 mil mortes (HELERBROCK, s.d.).

A tragédia ocorrida em Chernobyl fomentou a pressão popular pelo fim dos investimentos na exploração de urânio e da energia atômica, além da retomada do uso do carvão, o qual, com uma tecnologia mais avançada, poderia gerar impactos ambientais um pouco menores (BRÜGGEMEIER, 2017). Isso também impulsionou a necessidade das negociações junto à Rússia (e a antiga URSS) para a importação de seu gás natural.

Ainda assim, a Alemanha via a necessidade de uma produção energética mais limpa e que pudesse ser realizada no país para que não dependesse de atores externos, dando início, assim, à “*Energiewende*”, o plano de transformação das fontes de energia alemã (BRÜGGEMEIER, 2017).

O princípio da transição energética alemã - hoje chamada de “*Energiewende*” (transição energética) se deu na década de 1990, em especial com a “Lei de Injeção Prioritária” (Stromeinspeise Gesetz), a qual obrigaria as empresas que distribuem energia elétrica a comprar essa energia de fontes renováveis e pagando o preço mínimo, o que possibilitou, enfim, a competitividade das fontes de energia renováveis perante os combustíveis fósseis dentro do mercado interno alemão. Assim, tanto as usinas hidrelétricas quanto as eólicas e de biomassa foram beneficiadas e passaram a receber maiores investimentos e conseguir, aos poucos e bem lentamente, aumentar a participação de combustíveis não renováveis dentro da Alemanha (BRÜGGEMEIER, 2017).

Com a vitória do Partido Social-Democrata alemão nas eleições de 1998 e sua aliança com os “Verdes” (partido voltado à sustentabilidade), a Alemanha buscava um novo passo em busca de seus novos objetivos de transição energética: o aumento das energias renováveis em detrimento da energia nuclear. Diante deste contexto era publicada, no ano 2000, a EEG (“*Erneuerbare-Energien-Gesetz*”), também conhecida como a “Lei de Energias Renováveis” (BRÜGGEMEIER, 2017).

A EEG, que já foi renovada diversas vezes até os dias atuais, entrou em vigor na Alemanha com o objetivo de abrir, de vez, as portas do país para a gradual adoção do consumo de energias sustentáveis, que, com o passar do tempo, iriam se tornando cada vez mais prioritárias com o foco de, eventualmente, chegarem a substituir os combustíveis fósseis (RENEWABLE ENERGY SOURCES ACT, 2000).

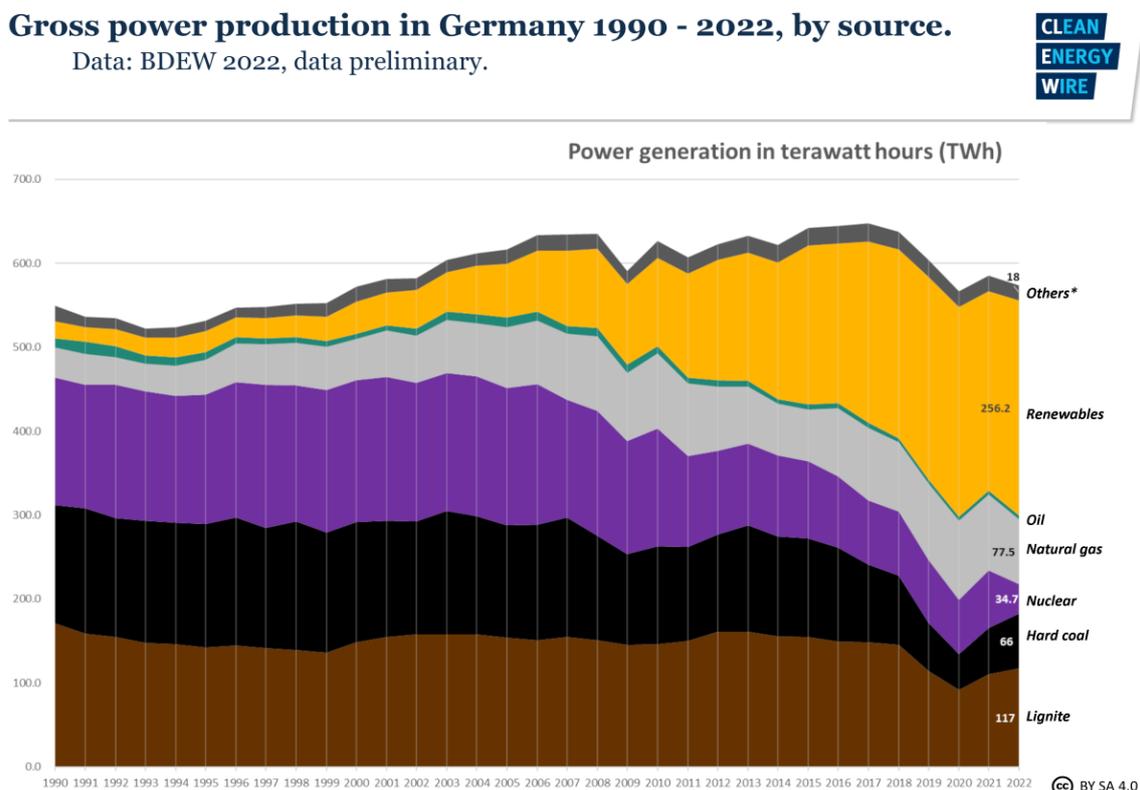
Assim, a lei, visa o incentivo à exploração de fontes de energia fotovoltaica, eólica, de biomassa e até as hidrelétricas através do pagamento de uma taxa variável para os chamados

“operadores de instalação”, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, com base na quantidade de energia limpa que estes produzirem. Esse incentivo também ocorre de maneira a privilegiar as fontes de energia gradativamente conforme seu custo-benefício, sendo maior para as que possuem esse quesito mais alto, como para produtores de energia eólica (RENEWABLE ENERGY SOURCES ACT, 2000).

Devido a isso, as energias mais limpas passaram a figurar como investimentos estáveis, de longa duração e com vantagens competitivas de mercado perante os combustíveis fósseis. Além disso, a EEG também estabeleceu um prazo para o término das atividades das usinas nucleares - 2021. Dessa forma, a lei conseguiu diminuir as tarifas de energia da população, reduzir os custos de produção energética e fomentar o desenvolvimento de fontes limpas para buscar o objetivo futuro de basear sua matriz em energia sustentável (BRÜGGEMEIER, 2017).

A EEG perdura até os dias atuais, tendo sido planejada para ser revisada constantemente desde sua publicação (em média a cada dois anos) para adequar-se às metas de consumo de energia limpa alemã e de diminuição do consumo de combustíveis fósseis e energias não renováveis. Como podemos ver na Figura 2, a seguir, o uso de energias renováveis vem crescendo ano a ano, enquanto o consumo de combustíveis fósseis como o carvão, por exemplo, vem caindo, ainda que de maneira lenta e gradativa.

Figura 2 - Produção bruta de energia na Alemanha por fonte (1990-2022)



Fonte: BDEW, elaborado por Clean Wire Energy (2022). Disponível em: <https://www.cleanenergywire.org/factsheets/germanys-energy-consumption-and-power-mix-charts>. Acesso em 13/05/2023

Assim sendo, ainda que pioneira na questão de transição para fontes renováveis de baixo impacto ambiental, a Alemanha até este momento possui algumas barreiras e décadas à frente até que consiga alcançar o ideal de 100% de energia renovável produzida de maneira doméstica.

Além das energias renováveis e nuclear, a Alemanha buscava também, desde o final da Segunda Guerra Mundial, no final da década de 1950, a alternativa do gás natural russo para preenchimento de suas demandas energéticas, como veremos a seguir.

3.2 Relação estratégica entre Alemanha e Rússia no campo energético

Para além da exploração da energia nuclear e da transição energética que vem ocorrendo na Alemanha desde a década de 1990, outra grande alternativa encontrada pelo país para o suprimento de energia alternativa ao petróleo foi a importação de gás natural, combustível em abundância no território da antiga União Soviética (SULLIVAN, 2022).

A relação Alemanha-Rússia vem desde a formação da Alemanha como país, com o apoio russo para que Otto von Bismarck firmasse a unificação e visse a Rússia já como um forte aliado. A ligação amigável entre os países se manteve até meados da Primeira Guerra Mundial, na qual a Rússia figurou entre os vencedores da Tríplice Entente (junto com França e Grã-Bretanha) e a Alemanha acabou derrotada junto à Tríplice Aliança (com os impérios Austro-Húngaro, Otomano e a Itália). Pouco após o término do conflito, no entanto, com os alemães já iniciando o período da República de Weimar (1919-1933) e os russos passando a integrar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS, 1922-1991), ambos os países retomaram suas relações diplomáticas ao firmar o Tratado de Rapallo em 1922. A Alemanha foi, portanto, o primeiro país a se aproximar da “recém-nascida” URSS, visando a reaproximação das duas potências também no âmbito econômico (DEUTSCHE WELLE, s.d.).

Os laços amigáveis entre Alemanha e URSS perduraram durante os anos seguintes, inclusive com a assinatura do Pacto de Não-Agressão (também chamado de Pacto de Stalin-Ribbentrop) entre ambas no início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, para que nenhum dos dois países atacasse o outro durante o conflito. Em 1941, no entanto, Hitler ordena a invasão alemã aos territórios soviéticos, violando o acordo firmado entre os países e provocando a entrada oficial da URSS como inimiga da Alemanha na Segunda Grande Guerra - cujo resultado final foi a derrota dos alemães e seus aliados (HOBBSAWM, 1995).

Com o final do conflito e a entrada do mundo todo no contexto polarizado da Guerra Fria, o território alemão foi dividido em quatro partes: uma francesa, uma britânica e uma norte-americana, todas do lado capitalista, e uma última soviética, do lado socialista. A partir dessa divisão, tanto a Alemanha quanto a própria capital Berlim ficaram efetivamente separadas em duas nações diferentes: a República Federal da Alemanha (RFA), também conhecida como Alemanha Ocidental - o lado capitalista - e a República Democrática Alemã (RDA), também conhecida como Alemanha Oriental - o lado socialista (HOBSBAWM, 1995).

Já a partir do final da década de 1950, a URSS retomou suas relações diplomáticas também com a RFA, visando a retomada de trocas comerciais. Isso gerou acordos entre os países para o fornecimento de gás natural soviético à Alemanha Ocidental, ao passo que a Alemanha Oriental já possuía seu fornecimento por se tratar de um “satélite” soviético no país. Os EUA, no entanto, com medo do fortalecimento soviético e da diminuição da influência norte-americana na Alemanha, tentaram embargar, através da OTAN, o fornecimento do aço alemão para a extensão do gasoduto que ligaria os países em troca do gás natural soviético (SULLIVAN, 2022).

No entanto, os embargos americanos apenas atrasaram um pouco as trocas entre os países, já que ambos retomaram seu acordo e a Alemanha usaria seu aço para expandir uma parte do gasoduto “Soyuz”, que passava por onde hoje fica a República Tcheca, até a região da Bavária, no sul da Alemanha em troca do fornecimento do gás natural soviético, o qual já começou a ser enviado em 1973 para os germânicos (SULLIVAN, 2022).

Posteriormente, em 1975, após proposições da URSS, foi realizada e assinada por 35 países a Conferência para Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), com participação de representantes tanto do bloco ocidental quanto do soviético para a melhora das relações entre ambos, com a determinação da busca de soluções pacíficas em momentos conflitantes, o respeito à soberania de cada país para assuntos domésticos, além da fixação e inviolabilidade das fronteiras europeias e da cooperação econômica (GEISSLER, 2020).

Já chegando nos anos 2000, após a reunificação da Alemanha em 1989, que saiu mais consolidada, e o fim da União Soviética em 1991, que saiu mais fragilizada e precisando de uma retomada política e econômica, ambos os países buscavam uma nova alternativa para o fornecimento do gás natural de maneira mais otimizada e estratégica - sem precisar passar por outros países como Polônia, Belarus e República Tcheca, por exemplo, o que aumentava os custos do processo devido às taxas e exigências feitas pelos mesmos (KNIGHT, 2021).

Dessa forma, em 2005, Gerhard Schröder, chanceler alemão à época, e Vladimir Putin chegam a um acordo para a criação de um novo gasoduto para transportar o gás natural russo

diretamente de Vyborg, na Rússia, até a cidade alemã Greifswald, no Norte da Alemanha, passando diretamente pelo Mar Báltico, através da empresa russa Gazprom, evitando assim qualquer custo adicional por ter de passar pelo território de outros países (KNIGHT, 2021).

O primeiro Nord Stream foi concluído e inaugurado em 2011, após cerca de seis anos de planejamentos e obras, contando com mais de 1200 km e com a capacidade de enviar até 55 bilhões de metros cúbicos de gás natural para a Europa por ano. Este projeto foi extremamente estratégico para a Alemanha visto que, além de suprir suas necessidades energéticas, ainda serviria como a porta de entrada do gás russo para toda a parte Ocidental do continente. A Rússia, por outro lado, conseguiu um comprador fixo para seu combustível, gerando uma enorme renda para o país e aumentando ainda mais sua área de influência (KNIGHT, 2021).

O sucesso do gasoduto foi tanto que, em 2015, sob o governo de Angela Merkel, chanceler alemã, foi fechado um acordo para a criação do Nord Stream 2, em um formato muito similar ao primeiro, mas indo de UST-Luga, na Rússia a Greifswald, na Alemanha, dobrando a capacidade de fornecimento de combustível que existia com apenas um gasoduto. Também com anos de planejamento e execução, o projeto ficou pronto em 2021, contudo, ainda não foi inaugurado devido à instabilidade e aos conflitos envolvendo, principalmente, a Rússia e a Ucrânia (KNIGHT, 2021). Podemos ver na Figura 3, a seguir, o caminho dos Nord Streams 1 e 2:

Figura 3 - Mapa Nord Streams 1 e 2



4. O atual conflito Rússia - Ucrânia

No início do século XXI, o descontentamento da população, em especial na capital, Kiev, fez com que o governo cedesse às reivindicações dos civis e se aproximasse do Ocidente. Entre os pontos cruciais para isso estão a possível adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a elaboração de um acordo de associação da Ucrânia com a União Europeia (UE), que teve um papel de escudo no que tange às estratégias geopolíticas da Rússia (DIAS, 2015).

Quer pelo peso que a Ucrânia tem no xadrez político e de segurança europeu alargado, quer pelo envolvimento direto ou indireto da Rússia nestes eventos, a verdade é que a crise ucraniana extravasou os limites nacionais e assume-se hoje como um episódio incontornável das relações internacionais (DIAS, 2015 p. 49).

A Ucrânia saiu da zona de influência russa e dirigiu-se para as zonas de influência política econômica e militar ocidental, lideradas pelos EUA e União Europeia. O conflito entre Rússia e Ucrânia desde o seu início, em 2014, teve a influência direta e indireta de vários atores como a OTAN, líderes de Estados e OSCE (Organização de Segurança e Cooperação na Europa), tendo como principais a Rússia e a União Europeia (DIAS, 2015, p. 49). Contudo, mesmo com as diversas ações da Rússia contra a Soberania ucraniana seja financiando movimentos separatistas, agindo diretamente na região Sul e Leste da Ucrânia com o reforço militar nas regiões fronteiriças e para além disso a anexação da Criméia, a União Europeia, ainda assim, tem sido branda em suas ações. Mesmo sendo clara as violações no aspecto do direito internacional, a UE tem buscado focar apenas nos fatos e agir de forma preventiva para que essa instabilidade não afete também outros países do antigo espaço das fronteiras soviéticas.

Após a anexação da Criméia, outros eventos eclodiram como os movimentos separatistas pró russos (apoiados por Moscou) em Lugansk e Donetsk. Várias foram as tratativas a fim de estabelecer um acordo político para estabelecer um cessar-fogo nas regiões de conflito no Sul e Leste ucraniano (DIAS, 2015). Visto a grande importância da Ucrânia no Cenário Internacional, foi elaborado um acordo, celebrado na cidade de Minsk o qual contou com a participação de representantes da Rússia, Ucrânia, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) (AVÓ, 2022). O acordo de Minsk foi estabelecido na base do respeito pela integridade territorial e a soberania da Ucrânia e previa um cessar-fogo a partir de 15 de fevereiro, a retirada de artilharia pesada, a criação de uma zona de segurança e a

entrega do controle total da fronteira à Ucrânia até o final de 2015 (GRESSEL, 2015).

O acordo de Minsk não teve sucesso e o conflito se estendeu. A partir de 2021 o governo russo iniciou um reforço militar nas fronteiras e foi uma questão de tempo para que o governo autorizasse o uso da força fora de suas fronteiras em 24 de fevereiro de 2022. Uma das principais justificativas do conflito que é chamada pela Rússia de "Operação Especial" é manter a Ucrânia na sua zona de influência e assim conter o avanço da OTAN. Outra exigência seria a remoção das armas nucleares norte-americanas da Europa e a retirada de batalhões multinacionais da OTAN da Polônia e dos estados bálticos da Estônia, Letônia e Lituânia, Estados que outrora pertenceram à União Soviética (REUTERS, 2021).

Como consequência da invasão russa à Ucrânia, a União Europeia impôs diversas sanções ao país em pontos financeiros, visando minar a atuação do maior banco russo, o Sberbank, também atrapalhando a comunicação ao proibir a atuação de canais de notícias russos na Europa, além de embargos às vendas de petróleo russo para o continente (DEUTSCHE WELLE, 2022).

Como retaliação, a Rússia fez grandes reduções no fornecimento de gás natural aos países da UE, acarretando em uma redução de mais da metade do combustível fornecido, limitando o fornecimento de 140 bcm (bilhões de metros cúbicos) exportados pela Rússia para a Europa no ano de 2021 para cerca de 60 bcm em 2022. Isso fez com que ambas as partes procurassem novos parceiros comerciais, como por exemplo a aproximação da Rússia com a China para a venda do gás natural enquanto a UE recorreu ao Oriente Médio, aos EUA e aos países nórdicos; em especial a Noruega, para poder manter seus estoques de energia (IEA, 2022).

Até o final de 2021, a Rússia fornecia mais da metade do gás natural utilizado pela produção energética alemã, contudo, com a gradual redução do fornecimento russo durante o ano de 2022, e com o término final em agosto de 2022, a Alemanha acabou passando por um processo de descontinuação da dependência de gás natural que o país possuía perante a Rússia, encontrando na Holanda e na Noruega novos fornecedores (CLEAN ENERGY WIRE, 2023), como mostra a Figura 4:

Figura 4 - Origem do gás natural consumido na Alemanha em 2021-2022 (2023)

Origin of the natural gas consumed in Germany



Sources: ENTSOG, FNB, own calculations

*preliminary, partly estimates

Fonte: BDEW (CLEW translation). Disponível em: <https://www.cleanenergywire.org/factsheets/germanys-dependence-imported-fossil-fuels#fourb>. Acesso em 22/05/2023.

Contudo, ainda que tenha conseguido novos abastecedores de gás natural, a Alemanha ainda apresentou quedas tanto no consumo quanto na quantidade desse combustível importado para o país, o que pode indicar uma futura necessidade de cobrir esse desabastecimento com novos parceiros comerciais ou novas alternativas energéticas. O volume total importado caiu de cerca de 1.652 TWh (Terawatt-hora) em 2021 para aproximadamente 1.449 TWh no ano de 2022, enquanto o consumo de gás natural como um todo apresentou uma queda de aproximadamente 14% quando comparado ao ano anterior (BUNDESNETZAGENTUR, 2023).

Além disso, em setembro de 2022 foram detectados vazamentos e explosões nos Nord Streams em pontos próximos à Dinamarca e à Suécia e foram descobertas crateras de origem não natural nos gasodutos junto a restos de explosivos, indicando uma possível sabotagem ao sistema de envio de gás. Apesar de acusações terem sido feitas com relação à autoria dos ataques, ainda não se chegou a um consenso e nem a um veredito final sobre quem teria os realizado e coordenado o ataque (DEUTSCHE WELLE, 2022).

Para conseguir facilitar a importação de gás de outros países, a Alemanha também buscou construir uma plataforma de importação de GNL (gás natural liquefeito), que serve para alterar o estado do gás para líquido e facilitar, assim, o seu transporte. Além da instabilidade do fornecimento do gás e do rumo contrário ao processo de transição energética que era vivida

de maneira intensa e aplicada pelo país antes de toda a crise, a libertação da dependência russa, também tem se mostrado extremamente cara para a Alemanha, que teve de aprovar cerca de 9.8 bilhões de euros para a construção da plataforma e sua manutenção até 2038, valor que provavelmente será ainda maior segundo o ministério da economia alemão (REUTERS, 2023).

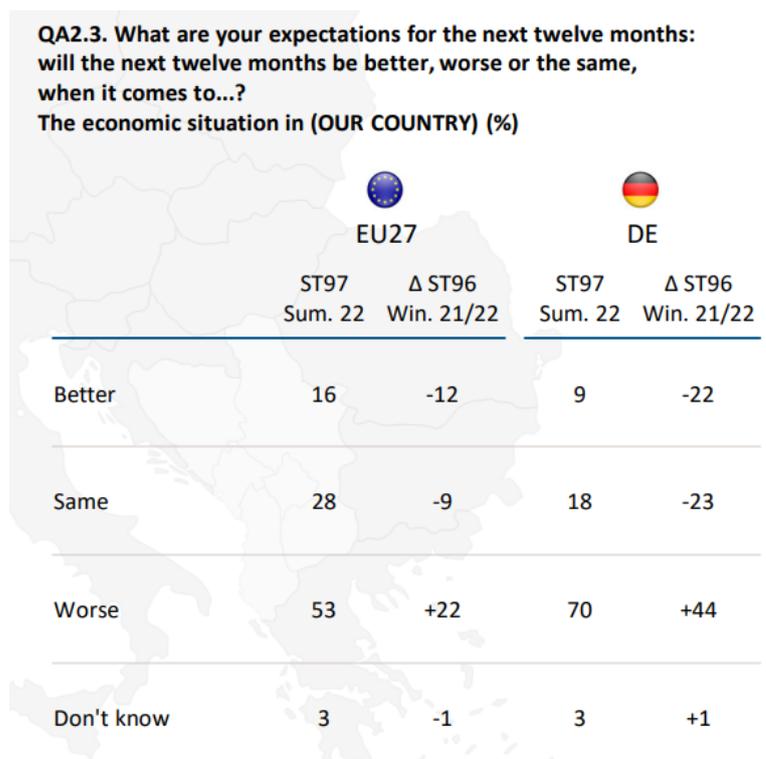
5. Conflito Rússia-Ucrânia e seus desdobramentos

5.1 Os impactos do conflito Rússia-Ucrânia na Alemanha a partir dos dados do Eurobarómetro

O Eurobarómetro é um instrumento de análise oficial utilizado pelo Parlamento Europeu a Comissão Europeia e outras instituições e agências da União Europeia para monitorar regularmente o estado da opinião pública na Europa sobre questões relacionadas com a União Europeia, bem como as atitudes em assuntos de natureza política ou social. Criado em 1974, tem em sua essência “revelar os europeus a si mesmos” e passou por várias melhorias, como por exemplo, a evolução das suas ferramentas de pesquisa. Em 2007 que o Parlamento Europeu decidiu iniciar as suas próprias pesquisas, focadas em temas específicos para o Parlamento incluindo inclusive informações sobre as eleições europeias (PARLAMENTO EUROPEU, 2023).

Com o objetivo de compreender de que forma o conflito Rússia-Ucrânia está afetando a população europeia e alemã, no que tange a dependência que a Alemanha tem da Rússia em relação ao abastecimento energético, seus impactos nos âmbitos econômico e social utilizou-se o Eurobarómetro e a metodologia aplicado foi a entrevista face a face.

Figura 5 - Evolutivo das expectativas de melhora ou piora da situação econômica para a população alemã diante dos próximos doze meses (2022)

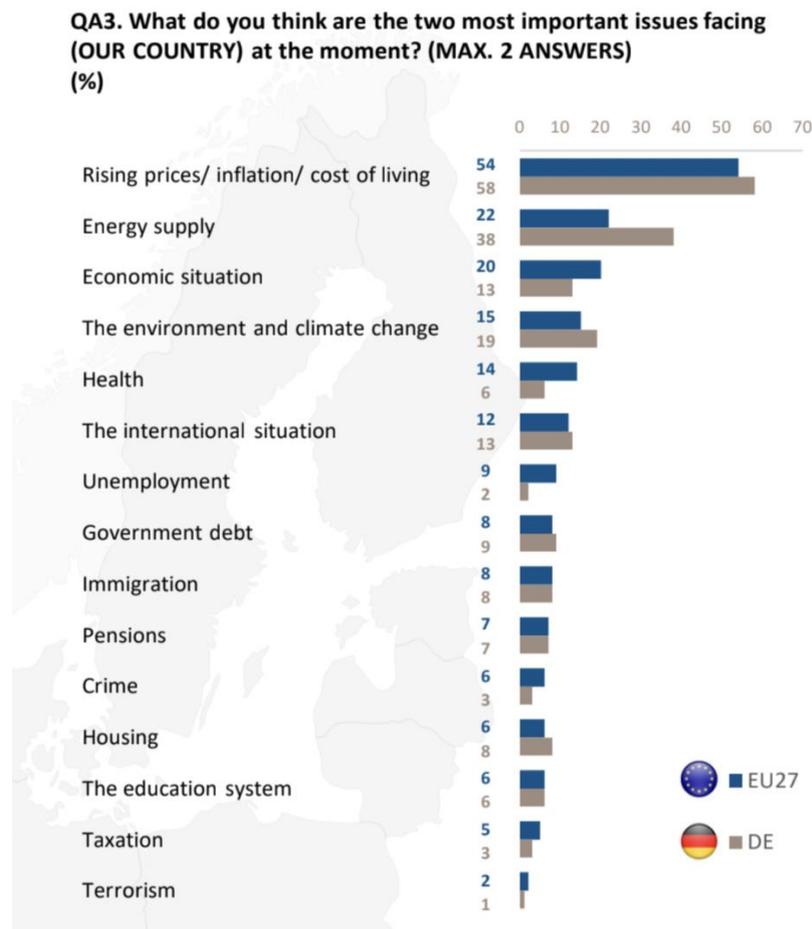


Fonte: Summer Eurobarometer, 2022, p.1

A figura 5 do Eurobarómetro traz a evolução da resposta da população alemã quando perguntada sobre as expectativas que têm de melhora ou piora da economia do país dentro dos próximos doze meses. Dela podemos inferir que os alemães estão com uma visão cada vez menos otimista com relação a uma possível melhora econômica dentro do país quando comparada à população do resto da União Europeia. Isso se denota pelo aumento massivo dos endossos de que a situação do próximo ano será ainda pior quando comparado ao Eurobarómetro que realizou essa mesma pergunta durante o período do Inverno 2021/2022 da Europa.

Outrossim, a Figura 6 traz os principais problemas detectados pelo povo alemão no momento, comparando-os com aqueles respondidos pelo resto da UE:

Figura 6 - As Principais Questões para a população alemã no momento (2022)



Fonte: Summer Eurobarometer, 2022, p.2

Diante disso, vemos que as grandes preocupações do povo alemão, hoje, estão ligadas principalmente aos problemas de abastecimento energético e também à questão da inflação, do aumento experimentado no custo de vida e da alta dos preços, ambas as questões derivadas diretamente do conflito entre Rússia e Ucrânia, que ocasionou uma inflação galopante em toda a Europa e causou grande instabilidade energética em todo o continente e, em especial, na Alemanha.

Reforçando esse ponto, a Figura 7 - retirada do Global Monitor da Alemanha 2022 (estudo quantitativo realizado anualmente pela Kantar para acompanhar a situação de diversos países na visão de sua população) também nos ajuda a entender melhor as preocupações financeiras do povo alemão dentro do contexto de incerteza e de consequências da guerra.

Figura 7 - Expectativa de recessão nos próximos doze meses e principais preocupações financeiras da população alemã (2022)



Fonte: Kantar Global Monitor - Germany, 2022

Com isso, também podemos compreender alguns dos motivos que levaram cerca de 39% dos alemães a mudarem seu uso do dinheiro e a forma como o guardam e investem, buscando poupar mais e gastando menos. Atualmente, a população alemã tem se preocupado muito com a aposentadoria, seguida pela inflação e o temor de uma recessão nos próximos 12 meses.

Já no que concerne às preocupações empregatícias, a Figura 8 nos apresenta que este não é um dos maiores medos dos europeus como um todo, se falando em UE, mas que cerca de 43% dos alemães acreditam que a situação empregatícia no seu país irá piorar no curto prazo. No entanto, quanto à manutenção do seu próprio trabalho, os alemães demonstram maior confiança, com 58% dos entrevistados acreditando que haverá estabilidade. Desta forma, de modo geral, o que tem angustiado tanto a população alemã é a incerteza econômica, tendo em vista que cerca de 64% dos entrevistados acreditam que os próximos 12 meses serão mais desafiadores.

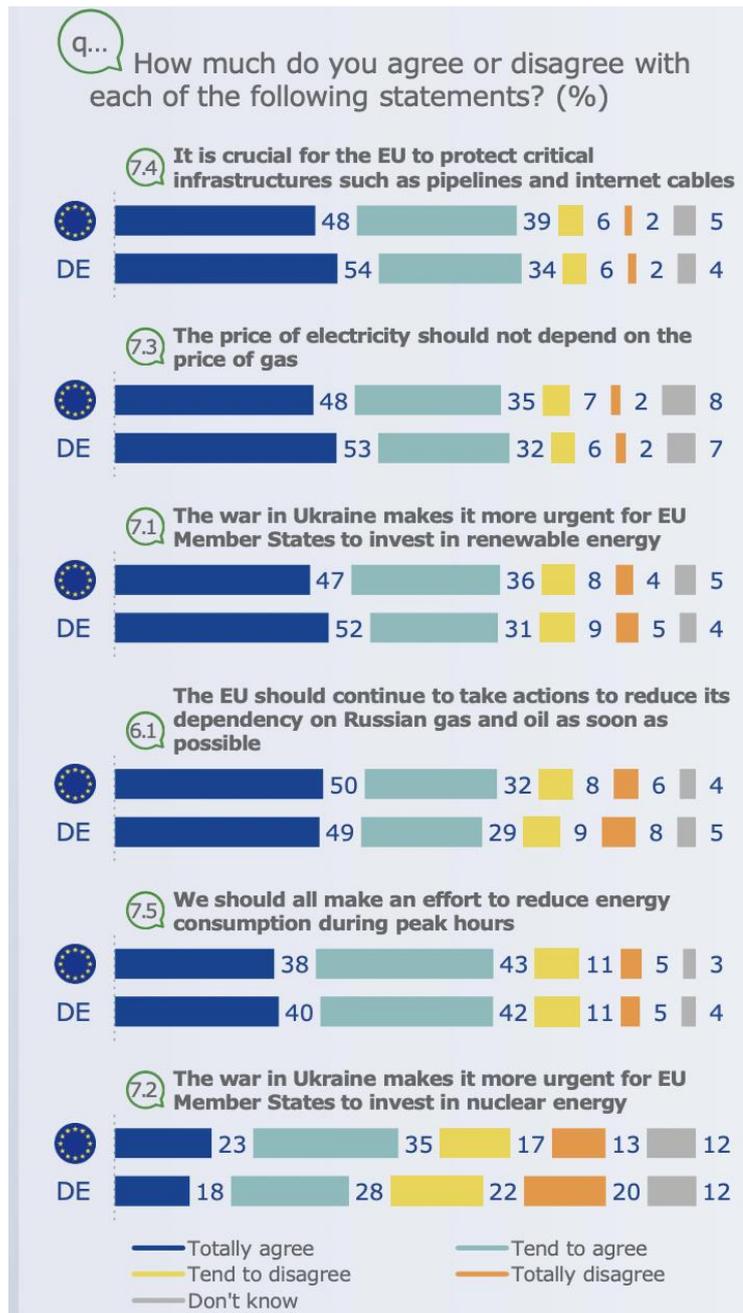
Figura 8 - Perspectivas Econômicas da população europeia e alemã para os próximos doze meses (2022)



Fonte: Summer Eurobarometer, 2022, p.1

Além disso, também é muito importante entendermos qual a visão da mesma quanto ao conflito Rússia-Ucrânia. Para isso, os dados trazidos pela Figura 9, a seguir, explicam em qual medida o conflito tem propiciado um ambiente de insegurança, fazendo com que os Estados e seus povos voltem a considerar a energia nuclear como uma forma de assegurar a sua autossuficiência energética, buscando mitigar os impactos sofridos devido à escassez de energia.

Figura 9 - Os Impactos da Conflito Rússia-Ucrânia nos Estados Europeus (2022)



Fonte: Flash Eurobarometer 514, 2022, p.1

Devido a sua grande dependência do gás fornecido por outros Estados, como Holanda e Noruega, por exemplo, cerca de 85% da população alemã (entre concordam totalmente e tendem a concordar), não concorda que os preços da eletricidade dependem do gás, majoritariamente fornecido pela Rússia, o que de fato, desencadeou um comprometimento da segurança da população alemã.

Outro ponto importante é que, devido ao ambiente hostil que a insegurança energética

proporciona, os Estados na União Europeia na sua grande maioria cerca de 58% (entre concordam totalmente e tendem a concordar) da população concorda que a guerra da Rússia-Ucrânia tem aumentado a urgência dos Estados membros da UE em investir em energia nuclear. Isso vai de encontro com os princípios da Alemanha que há muitos anos tem sido referência no investimento em pesquisa e desenvolvimento em novas fontes de energias limpas e renováveis. Por fim, uma parcela considerável da população, por volta de 46% (entre concordam totalmente e tendem a concordar) concordando com a volta da energia nuclear.

A respeito das medidas tomadas pela União Europeia em resposta ao conflito Rússia-Ucrânia, o Eurobarómetro nos mostra que a opinião da população alemã e de outros países da União Europeia é semelhante. Cerca de 85% da população (entre concordam totalmente e tendem a concordar) apoiam o suporte às pessoas afetadas pela guerra.

5.2 A percepção dos alemães quanto aos impactos do conflito

A fim de melhor compreender as consequências do conflito para a Alemanha pela perspectiva da sua população, foi realizada uma pesquisa qualitativa com pessoas que vivem atualmente no país, sendo eles três alemães (E2, E3 e E4) e um brasileiro (E1). Com essas respostas poderemos confirmar se o conflito impactou diretamente ou não o estilo de vida dos alemães.

De acordo com os entrevistados E1 (homem, estudante) e E2 (mulher, estudante) houve um aumento considerável nos preços de itens básicos, como: a energia, essencial para o aquecimento dos ambientes (principalmente durante o rigoroso inverno europeu), os alimentos mais simples como arroz, leite, carne e também os combustíveis. Adicionalmente, foi mencionado também que, atualmente, o uso de energia é bastante restrito (poupam muito mais energia do que em períodos anteriores ao conflito) e que os alimentos também são selecionados de maneira mais cuidadosa e prudente, visando não desperdiçar ou gastar demais em comidas que normalmente seriam mais baratas.

É importante ressaltar que, através de benefícios, o governo alemão buscou incentivar a redução do uso de energia de seus cidadãos, o que deu um certo alívio à população ao propiciar as reduções dos impactos do conflito no aumento de preços final do país, “amortecendo” um pouco mais a inflação. Neste sentido, os entrevistados E2 e E3 (alemão, professor) ressaltam que tiveram auxílio do governo em relação às contas de energia. O entrevistado E3 afirmou que *"o auxílio do governo ajudou. [...] Eu, por exemplo, ganhei um auxílio de 300 euros"*.

Segundo os depoimentos obtidos, não houve mudanças drásticas no estilo de vida da população, o que houve foi uma mudança na sua mentalidade, que há tempos não sofria com a escassez de produtos e inflação. Segundo um dos entrevistados: *"o que mudou é o sentimento de segurança em relação a entrar numa guerra e a falta de energia ou alimentos"*. Ou seja, não houve uma mudança efetiva no estilo de vida do alemão médio, contudo, a atmosfera de instabilidade e incerteza gerada pelo conflito intensificou a sensação de insegurança, acentuada pela ameaça (há muito não sentida) de uma possibilidade real de escassez de energia e de alimentos.

Quando questionados a respeito das ações do governo quanto à transição energética, entre os depoimentos foi unânime o apoio às mesmas, enfatizado por um dos entrevistados da seguinte forma:

Quase 90% dos alemães apoiam a transformação do cenário energético para energia renovável. Os alemães de diversas faixas etárias, renda e escolaridade apoiam essa transformação. Entretanto, existe uma parte dos cidadãos que consideram a transição extremamente custosa, e criticam o fato de que uma parcela menos favorecida dos indivíduos esteja arcando com os custos desta transição energética. (E3, homem, professor).

Dessa forma, podemos perceber que o agravamento do problema energético da Alemanha não tem alterado a percepção positiva de seus cidadãos perante a transição energética e o desenvolvimento e uso de energias renováveis por parte do país. A principal preocupação dos entrevistados é a de um possível agravamento do conflito, que poderia gerar desdobramentos bastante negativos para a Alemanha e para toda a União Europeia.

A fim de compreender como funciona o processo legislativo alemão no que tange às questões energéticas, o entrevistado E4, colaborador de uma instituição financeira alemã, menciona que há, de fato, grande participação do Poder Executivo, através do Ministério específico, quanto do Poder Legislativo, através do Congresso Nacional que representa a população:

O Ministério Federal para Assuntos Econômicos e Proteção Climática (BMWK) é o responsável no governo federal alemão na área de fornecimento de energia. Mas o Bundestag alemão (Congresso) certamente também está envolvido nessas questões, como legislador, por exemplo com a Lei de Proteção do Clima, em seus trabalhos de comitê (especialmente o Comitê de Proteção do Clima e Energia e o Comitê Econômico), mas também através dos contatos e viagens de delegação dos membros eleitos para (potenciais) países parceiros. E4 (colaborador de uma instituição financeira alemã).

Com a intenção de entender a percepção dos alemães sobre o relacionamento entre Brasil e Alemanha, o entrevistado E4 (colaborador de uma instituição financeira alemã) relatou

que devido à parceria de longa data entre os países, hoje, o Governo Federal germânico busca intensificar esse relacionamento por meio da cooperação em política energética com foco no hidrogênio verde. O que realmente pode ser confirmado com a visita do Ministro Federal da Economia, Robert Habeck, em março de 2023. Assim, foi citado que as tratativas para o desenvolvimento de uma planta de hidrogênio verde no Brasil estão aquecidas, especialmente a partir da assinatura de um memorando de entendimentos em março de 2023.

Desta forma, o colaborador E4 acredita que o hidrogênio verde é uma fonte de energia limpa com grande potencial a ser explorado, que ainda pode trazer muitos frutos para essa parceria:

Portanto, pode-se supor que a cooperação germano-brasileira (setor público e privado) no campo do hidrogênio verde continuará a se aprofundar, com o objetivo de entregas para a Alemanha assim que a maturidade tecnológica e as condições gerais estiverem adequadas. E4 (colaborador de uma instituição financeira alemã).

6. Considerações Finais

Com base nas abordagens teóricas, da interdependência complexa e da segurança humana pudemos inferir que, de fato, os impactos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia não se restringem ao leste europeu e aos países que estão neste enfrentamento ou à Eurásia, mas que os desdobramentos diretos alcançaram diversos outros países, como, por exemplo, a Alemanha, objeto dessa pesquisa, ao ponto de provocar uma crise de abastecimento energético que impactou e trouxe incerteza e insegurança à população alemã, pelo que foi analisado através do Eurobarômetro, do Kantar Global Monitor e também das inferências obtidas por entrevistas.

Também foi possível confirmar a existência de uma interdependência complexa entre Alemanha e Rússia, considerando as questões relacionadas à política, economia e energia. Pudemos entender que, a partir das invasões russas à Ucrânia, a União Europeia e seus países realizaram sanções visando punir a Rússia, a qual foi diminuindo até cortar completamente, em meados de setembro de 2022, o seu fornecimento de gás natural ao país germânico, o qual acabou vivenciando uma grave crise de abastecimento energético.

Para lidar com o problema, a Alemanha teve de reduzir seu consumo e importação de gás natural durante o ano passado, o que acabou, junto aos outros problemas do país, ocasionando em alta inflação nos preços de energia, alimentos e até de combustíveis, fato incomum para a população alemã.

Visando corrigir o problema e não ficar mais “refém” do gás natural russo, a Alemanha teve de gastar bilhões de euros para a construção de uma plataforma de GNL (gás natural liquefeito - a transformação do combustível em estado líquido, facilitando o transporte), possibilitando assim a importação do gás de novos parceiros comerciais, como a os EUA e países do Oriente Médio e também ampliando as compras feitas através de parcerias mais antigas com países como a Holanda e a Noruega, que aumentaram drasticamente o seu fornecimento deste combustível à Alemanha.

Foi possível inferirmos também através dos estudos do Eurobarómetro e das entrevistas que, apesar dos grandes impactos do conflito Rússia-Ucrânia, que afetaram diretamente no abastecimento e nos preços de energia e de alimentos da Alemanha, que o cotidiano e os hábitos da população alemã não mudaram radicalmente, mas que os pontos que mais mudaram para o povo alemão foram a maneira com que compram e planejam as compras de alimentos, houve um aumento do pessimismo em relação à economia do país, as sensações de incerteza e insegurança energética e alimentar, e também o receio diante de um possível agravamento e piora do conflito ou do surgimento de diferentes guerras.

Além disso, a Alemanha continua também com seu processo de transição energética e tem investido em fontes alternativas e limpas de energia para não depender mais de outros países ou de combustíveis fósseis, com destaque para o trabalho que o país tem feito em negociações junto ao Brasil, país pioneiro e um dos líderes no desenvolvimento de projetos para exploração do hidrogênio verde, fonte de energia limpa e de grande potencial.

Por fim, no que tange à segurança humana, o governo alemão trabalhou arduamente para conseguir manter a estabilidade no âmbito doméstico, e obteve êxito, o que se comprova com a manutenção no estilo de vida do alemão. Contudo, a insegurança é algo que permeia a mente dos cidadãos, devido ao receio de um agravamento do conflito no leste europeu.

Bibliografia:

ALENCAR, Mirela Nogueira de - Debates dos Estudos de Segurança Internacional e Segurança Humana: uma breve análise sobre a evolução dos Estudos de Segurança. **Conjuntura Global** [Em linha]. ISSN 2317-6563. 4:2 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/43172>>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

AVÓ, Cesar. O que são os fracassados acordos de Minsk que Macron tenta recuperar? **Diário de Notícias**, 16 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.dn.pt/internacional/o-que-sao-os-fracassados-acordos-de-minsk-que-macron-tenta-recuperar--14592597.html>>. Acesso em: 16 de abril de 2023.

BROWN, Archie. **The Rise and Fall of Communism**. London: Vintage, 2009.

BRÜGGEMEIER, Franz-Josef. **Sol, água, vento: O desenvolvimento da transição energética na Alemanha**. Bonn, Alemanha, 2017. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12076-20151203.pdf>>. Acesso em 19 de maio de 2023.

BUNDESNETZAGENTUR. **Bundesnetzagentur publishes gas supply figures for 2022**. Bonn, Alemanha, 2023. Disponível em: <https://www.bundesnetzagentur.de/SharedDocs/Downloads/EN/BNetzA/PressSection/PressReleases/2023/20230109_GasRueckblick2022.pdf;jsessionid=22C2746F334D1C3F28EA34B2CDD52F35?blob=publicationFile&v=2>. Acesso em 05 de junho de 2023.

COSTA, Wanderley Messias da. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial, **Confins**, nº 25, p. 1-23, 2015.

CUPOLILLO, Fernanda. Pesquisador da UFF esclarece as motivações históricas da guerra entre Rússia e Ucrânia. **UFF**, 24 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=noticias/24-02-2022/pesquisador-da-uff-esclarece-motivacoes-historicas-da-guerra-entre-russia-e>>. Acesso em: 16 de abril de 2023.

DEUTSCHE WELLE. UE aprova sexto pacote de sanções contra Moscou. **Deutsche Welle** [online], Brasil, 02 de junho de 2022. Conflitos - Europa. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/ue-aprova-sexto-pacote-de-san%C3%A7%C3%B5es-contramoscov/a-62016510>>. Acesso em 22 de maio de 2023.

DEUTSCHE WELLE. 1922: Alemanha e URSS se reaproximam após a 1ª Guerra. **Deutsche Welle** [online], Brasil. História - Europa. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1922-alemanha-e-urss-se-reaproximam-ap%C3%B3s-1%C2%AA-guerra/a-306963>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

DIAS, Vanda A. As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia. **Relações**

Internacionais, Lisboa, p. 45-55. Março, 2015.

ECKERT, Vera. Germany certain to exceed 9.8 billion euro LNG terminal bill - Econ Min. **Reuters** [online], Frankfurt, Alemanha. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/energy/germany-certain-exceed-98-bl-ur-lng-terminal-bill-econmin-2023-03-03/#:~:text=The%20Bundestag%20lower%20house%20of,issued%20by%20the%20Economy%20Ministry>>. Acesso em 31 de maio de 2023.

EUROPEAN PARLIAMENT, **What's Eurobarometer?** Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/de/be-heard/eurobarometer>>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

FARBER, Gabrielle Tétraut; BALMFORTH, Tom. Russia demands NATO roll back from East Europe and stay out of Ukraine, **REUTERS**, 17 de dezembro, 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/russia-unveils-security-guarantees-says-western-response-not-encouraging-2021-12-17/>>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

FEDERAL, Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety. **Act on Granting Priority to Renewable Energy Sources (Renewable Energy Sources Act)**. Alemanha, março de 2020. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20160921012408/http://www.bmub.bund.de/fileadmin/bmu-import/files/pdfs/allgemein/application/pdf/res-act.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

FREITAS, G.; PAZ, O.; DIAS, M. O Resgate da Teoria do Heartland de Mackinder no entendimento do conflito russo-ucraniano. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 11, n. 35, p. 172-189, 2022. Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2346>>. Acesso em: 06 de março de 2023.

GARCIA, Eugênio. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926) Vencer ou não Perder**. Porto Alegre, Brasília: Editora da Universidade (UFRGS), Fundação Alexandre de Gusmão, 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/44545607_O_Brasil_e_a_Liga_das_Nacoes_1919-1926_vencer_ou_nao_perder/citation/download>. Acesso em: 16 de abril de 2023.

GEISSLER, Ralf. 1975: Assinada a Ata Final da CSCE. **Deutsche Welle** [online], Brasil, 01 de agosto de 2020. História - Europa. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1975-assinada-a-ata-final-da-csce/a-319717>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

GRESSEL, Gustav. The Ukraine-Russia War, **European Council on Foreign Relations**, 26 de janeiro de 2015. Disponível em:

<https://ecfr.eu/article/commentary_the_ukraine_russia_war411/>. Acesso em: 7 de maio de 2023.

HELERBROCK, Rafael. **Acidente de Chernobyl**. Brasil Escola [online], Brasil. História. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia/chernobyl-acidente-nuclear.htm>>.

Acesso em: 13 de maio de 2023.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOGAN, Michael J. **The Marshall Plan: America, Britain, and the Reconstruction of Western Europe, 1947–1952**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

IEA. How to Avoid Gas Shortages in the European Union in 2023. **IEA**, Paris, dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/how-to-avoid-gas-shortages-in-the-european-union-in-2023>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

IMUNA. Russian Federation. Disponível em: <<https://www.imuna.org/resources/country-profiles/russian-federation/>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

JEIFETS, Víctor. "Reflexiones sobre el centenario de la participación rusa en la Primera Guerra Mundial: entre el olvido histórico y los mitos modernos", **Anuario Colombiano de História Social y de la Cultura** **42**, p. 177-201, 2015.

KNIGHT, Ben. The History of Nord Stream. **Deutsche Welle** [online], Europe, 23 de julho de 2021. Politics. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/the-history-of-nord-stream/a-58618313>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

LUSA. Suécia: Explosões no Nord Stream revelam sabotagem. **Deutsche Welle** [online], Brasil, 18 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/justi%C3%A7a-da-su%C3%A9cia-admite-que-explos%C3%B5es-no-nord-stream-revelam-sabotagem/a-63812418>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

MUDGE, Rob. O que é a Otan e por que ela foi criada. **Deutsche Welle** [online], Política - Europa. Brasil, 17 de maio de 2022. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/o-que-%C3%A9-a-otan-e-por-que-ela-foi-criada/a-60701303>> acesso em: 21 de abril de 2023.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, **Tratado Fundador**, 02 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_67656.htm>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

OLIVEIRA, Lucas K. D. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia e o Papel do Centro de Decisão Energética**. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/76222#:~:text=Considera%2Dse%20que%20a%20Energia,de%20um%20Estado.%20>>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

REPRESENTAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA NO BRASIL, **Visita ao Brasil do Vice-Chanceler e Ministro da Economia e Ação Climática da Alemanha, Robert Habeck, e do Ministro da Alimentação e Agricultura, Cem Özdemir**. Disponível em: <<https://brasil.diplo.de/br-pt/noticias/-/2586022>> Acesso em: 05 de junho de 2023.

RUSSIAN & BEYOND, De calendários a batatas: 5 legados de Pedro, o Grande, para a Rússia, **Russian & Beyond**, 23 de setembro de 2017. Disponível em: <https://br.rbth.com/arte/historia/2017/08/29/de-calendarios-a-batatas-5-legados-de-pedro-o-grande-para-a-russia_830562>. Acesso em: 11 de abril de 2023.

RUSSIAN & BEYOND, Grupos étnicos mais representativos da Rússia, **Russian & Beyond**, 16 de agosto de 2013. Disponível em: <https://br.rbth.com/multimedia/infographics/2013/08/15/grupos_eticos_mais_representativos_da_russia_21127> Acesso em: 11 de abril de 2023.

SIMÃO, Licínia. A Comunidade de Estados Independentes: desafios e resiliência. **JANUS 2015-2016** - Integração regional e multilateralismo, Portugal, p. 118-119, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2961/1/3.9_LiciniaSimao_CEI.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2023.

SINELSCHIKOVA, EKATERINA. Quantos grupos étnicos vivem na Rússia? **Russian & Beyond**, 18 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://br.rbth.com/estilo-de-vida/86094-quantos-grupos-eticos-vivem-russia>>. Acesso em: abril, 2023.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalization and Its Discontents**. New York: W.W. Norton, 2002.

SULLIVAN, Arthur. Russian gas in Germany: A 50-year relationship. **Deutsche Welle** [online], Germany, 03 de setembro de 2022. Business. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/russian-gas-in-germany-a-complicated-50-year-relationship/a-61057166>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

Tratado de Versalhes, 28 de junho de 1919. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/anexo/And13990-1920.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

TROTSKY, Leon, 1879-1940. **A história da Revolução Russa** / Leon Trotsky; tradução de E. Huggins— Ed. do centenário—Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/discover?query=+A+Hist%C3%B3ria+da+Revolu%C3%A7%C3%A3o+Russa&submit=Ir&filter_relational_operator_2=contains&filtertype_1=type>

[keyword&filter_relational_operator_1=notequals&filter_1=Artigo+de+jornal>](#). Acesso em: 16 de abril de 2023.

VILLA, Rafael; REIS, Rosana R. **A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de Pesquisa**, BIB, São Paulo, n° 62, p. 19-5, 2° semestre de 2006.

WOOD, Elizabeth A. et al. **Roots of Russia's war in Ukraine**. Columbia University Press, 2015.

Anexo

Roteiro de perguntas semiestruturadas - Entrevistados 1 a 3

1. Você sentiu um aumento no preço dos alimentos e gasolina?
2. Você sentiu um aumento no preço da energia?
3. Você tem medo de que falte energia no próximo inverno/2023 e seja necessário fazer um racionamento drástico?
4. Você acha que a população está engajada em solicitar ao governo novas fontes de energia limpa? E essas demandas têm sido atendidas?
5. Você acha que o seu estilo de vida mudou desde o conflito?

Respostas Entrevistado 1

1. *“Sim, principalmente dos alimentos, como arroz e leite, além dos combustíveis. Ano passado chegou a custar 6 euros, hoje ainda está caro, mas está por volta de 3 euros.”*
2. *“Sei que teve um grande aumento, mas não senti tanto no bolso. Estou aguardando a conta deste ano para entender melhor.”*
3. *“Não, não tenho medo.”*
4. *“Ah, isso sim, com certeza... principalmente os jovens. Aqui em Leipzig as pessoas são bem engajadas.”*
5. *“Não, seguimos a vida da mesma forma, a única coisa que mudou foi o medo da guerra.”*

Respostas Entrevistado 2

1. *“Senti sim, mas em alguns casos não está muito claro se foi por lá crise/a guerra ou por outro motivo. Não dirijo, mas percebi que o preço da gasolina em uns momentos estava muito alto.”*
2. *“Para nós (eu e colegas de piso) não era muito claro de qual porcentagens os preços aumentaram. Tentamos salvar muita energia porque todo mundo falou que os preços estão muito altos, mas ainda não temos recebido nenhuma carta explicando o aumento dos preços da nossa companhia de gás ou eletricidade.”*
3. *“Esse inverno não, acho que estamos bem-preparados/preparando pro inverno.”*
4. *“Para mim e muitas pessoas está claro que precisamos de fontes de energia limpa, e que isso poderia nos ajudar no último inverno. Mas na crise, não tinha sentido, [...]”*

rapidamente a discussão mudou para as soluções imediatamente da crise energética. Acho que o governo tem que atuar mais rápido e drástico no assunto da energia limpa.”

5. *“Não muito, fortunadamente recebi ajuda do governo que me facilitaram a continuar com o meu estilo de vida, e eu já estava numa posição privilegiada. O que mudou é o sentido de segurança (de entrar numa guerra e de falta de energia ou alimentos). Também poupamos muita energia no último inverno, que significou basicamente nunca aquecer o apartamento, e temos mudado qual alimentos compramos.”*

Respostas Entrevistado 3

1. *“Sim, aproximadamente de 20%.”*
2. *“Sim, aproximadamente de 20%.”*
3. *“Não, a Alemanha não depende mais do gás russo.”*
4. *“Quase 90% dos alemães apoiam a transformação do cenário energético em energia renovável. Em todas as faixas de escolaridade, renda e idade. Mesmo assim, dois terços consideram que a transição é muito cara. Eles criticam que as pessoas pequenas estão arcando com os custos da virada energética.”*
5. *“O auxílio do governo ajudou. Desde o início do ano, os preços da energia caíram um pouco. Eu por exemplo ganhei um auxílio de 300 Euros.”*

Roteiro de perguntas semiestruturadas - Entrevistado 4

1. Um dos maiores objetivos do governo alemão perante o conflito Rússia-Ucrânia, tem sido mitigar os riscos de um desabastecimento energético, e diante deste possível panorama, a Alemanha tem buscado diminuir a dependência e aumentar sua autonomia energética. Como tem sido o processo de escolha de novos parceiros fornecedores de fontes energéticas para a Alemanha?
2. Diante da conjuntura de um possível desabastecimento energético na Alemanha, a construção da plataforma de GNL pode atrasar os planos de transição energética para uso de 100% de energia renovável no país?
3. Temos visto a busca da Alemanha em buscar novas fontes de energia limpa. Na sua perspectiva, o congresso alemão tem alguma influência nesse processo?
4. Sabemos que a relação entre o Brasil e a Alemanha é de longa data, principalmente falando das relações entre as empresas alemãs e brasileiras e que, neste momento de crise, mais do que nunca, o Brasil tem se apresentado como uma boa alternativa para

uma nova fonte de energia - o hidrogênio verde. Quais são as reais expectativas de que o Brasil pode ser um fornecedor de energia sustentável/limpa, como o hidrogênio verde, para a Alemanha? Existem planos ou investimentos da Alemanha no Brasil com o objetivo de produção de energia limpa aqui para ser transportada até a Alemanha?

Respostas Entrevista 4 (Colaborador de uma instituição financeira alemã)

1. *“Como havia risco de escassez aguda de energia (no próximo inverno) a partir de meados de 2022, a principal prioridade foi encontrar fornecedores que estivessem disponíveis em curto prazo. Em particular, as quantidades de compra da Noruega foram aumentadas. Além disso, foram celebrados contratos de fornecimento de gás liquefeito com os EUA, os Emirados Árabes Unidos e o Catar. Outros países também estão envolvidos nas entregas de GNL via mercado spot.”*
2. *“Na Alemanha, o gás já foi planejado como uma tecnologia intermediária no caminho para a neutralidade climática; agora o gás natural russo omitido é (temporariamente) parcialmente substituído por gás líquido de outros países. No entanto, isso não muda nada sobre a transição energética (elemento central: Lei de Fontes de Energia Renováveis, EEG) e as metas da Alemanha para a neutralidade climática em 2045 com marcos claramente definidos (objetivos de redução de CO₂).”*
3. *“O Ministério Federal para Assuntos Econômicos e Proteção Climática (BMWK) é responsável pelo governo federal alemão na área de fornecimento de energia. Mas o Bundestag alemão certamente também está envolvido nessas questões, como legislador, por exemplo com a Lei de Proteção do Clima, em seus trabalhos de comitê (especialmente o Comitê de Proteção do Clima e Energia e o Comitê Econômico), mas também através dos contatos e viagens de delegação dos membros eleitos para (potenciais) países parceiros.”*
4. *“A parceria energética Brasil-Alemanha existe desde 2008 e o governo federal está atualmente buscando uma intensificação da cooperação em política energética com o Brasil com foco no hidrogênio verde, como sublinhou o Ministro Federal da Economia, Robert Habeck, durante sua visita em março de 2023. O governo federal também apoia há algum tempo o desenvolvimento de um mercado de hidrogênio verde no Brasil (Projeto H2Brasil) – por meio da Sociedade Alemã de Cooperação Internacional (GIZ). Além disso, durante a visita do ministro Habeck, em março, foi assinado um*

memorando de entendimentos por uma empresa alemã que está construindo instalações produtivas para usinas de produção e uso de hidrogênio verde no Brasil. Portanto, pode-se supor que a cooperação germano-brasileira (setor público e privado) no campo do hidrogênio verde continuará a se aprofundar, com o objetivo de entregas para a Alemanha assim que a maturidade tecnológica e as condições gerais estiverem adequadas.”